

21 FEB 1988  
**Confusão  
elaborada**

Avolumam-se os sinais de que o Governo está mesmo empenhado em desestabilizar a Constituinte. O Presidente Sarney, de viva voz, tem sido ponta de lança desses ataques. Em seus últimos programas radiofônicos, não poupou críticas aos constituintes, atribuindo-lhes, inclusive, o deliberado propósito de "tocar fogo no País".

Não age, porém, só. Tem sido coadjuvado pelo ministro Antônio Carlos Magalhães, especialista em manobras que dependam de destempero verbal. O ministro, em suas últimas intervenções, sugeriu que a Constituinte jogasse no lixo tudo o que até aqui produziu e, singelamente, recomeçasse do zero. E ainda: considerou-a um fator de desestabilização para o País, insinuando que uma eventual redução do mandato do presidente iria incendiar o Brasil.

Na outra ponta dessa linha, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, encontra dificuldades em se defender. O comportamento dos seus pupilos não chega a ser exemplar. As sessões se arrastam há semanas, sem quorum para votação. Pior: quando, finalmente, há quorum, surgem os planistas, a votar pelos ausentes e a desmoralizar a instituição, que, sistematicamente, não pune ninguém.

Apesar disso, não é certamente essa a razão da ofensiva do Planalto. A rota de colisão que se desenha tem por trás motivo bem claro: a duração do mandato presidencial. Dentro de menos de dois meses, a Constituinte decidirá a sorte do governo Sarney — se termina em janeiro de 89 ou em janeiro de 90. A tendência majoritária, hoje, é pelo término em 89, com eleições em novembro deste ano.

O Governo tenta desesperadamente inverter essa tendência. E uma das alternativas estratégicas de que dispõe é ganhar tempo.

Se a Constituição só ficar pronta no segundo semestre, pode haver até condições materiais de convocar eleições (e o TSE diz que há), mas com certeza haverá dificuldades políticas para que o principal partido, o PMDB, defina qual o seu presidencial favorito. O Governo, óbvio, joga nessa confusão.

Já o deputado Ulysses Guimarães, candidatíssimo, tem presença. E agora ou nunca. Quanto à futura Constituição, é o que menos importa, nesse confuso jogo de xadrez. Nisso, ao menos, as duas partes estão de pleno acordo.

CORREIO BRAZILIENSE